



» Podcast do Correio | **JOÃO CANDIDO PORTINARI** | PROFESSOR E ESCRITOR

Filho de Portinari inspira jovens com o legado do pai

Único herdeiro de um dos pintores brasileiros mais famosos mundialmente, o matemático conta como foi se reconectar com a arte

» EDUARDA ESPOSITO
» DENISE ROTHENBURG

Matemático com mestrado em engenharia das telecomunicações, João Candido Portinari, é o convidado da edição 183 do Podcast do Correio. Ele tem o trabalho de usar todo o legado artístico de seu pai, o pintor e escritor brasileiro Candido Portinari, para inspirar novas gerações e manter viva a história do país contada pelos olhos de um dos artistas mais famosos no mundo.

Com obras expostas na sede das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, e no Congresso Americano, em Washington, o trabalho do Projeto Portinari tem como objetivo democratizar o acesso à arte. Confira os principais trechos da entrevista:

Como era a sua relação com o seu pai?

Tem uma história que eu acho que é de todos nós, que é a história da relação com o pai. E no meu caso, era um pai especial, no sentido de que ele era mais que um pai, era um uma figura nacional. E naquela época, em que era criança, ele projetava uma sombra imensa em tudo que estava em torno dele. Tive dificuldade de lidar com isso, na adolescência, principalmente, a opinião dos amigos conta muito, e quando ia em uma festinha, as pessoas me apresentavam assim: “esse aqui é o filho do Portinari”. Aquilo começou a me incomodar muito, então, eu saí de casa com 18 anos e nunca mais voltei. Fui estudar na França e lá eu era um anônimo, essa sombra desapareceu. Na verdade, olhando pelo retrovisor, o que eu queria era criar um caminho meu, que não dependesse de ninguém e muito menos de alguém que ocupasse um espaço tão grande, isso foi um processo. Quando ele morreu, eu ainda estava fora, me encontrava com ele nas férias e havia muita ternura circulando, entre nós.

Como se tornou matemático, mesmo com toda a influência de seu pai?

Uma pessoa foi muito importante nesse processo, um tio que eu tinha, o Pierre Luc, um francês que casou com a irmã da minha mãe e ele é era um grande professor de matemática e de física. Pegou-me com 12, 13 anos de idade, com aquela disciplina europeia e insistiu que o único lugar que se podia aprender matemática de verdade era na França. Tinha que ser no que ele chamava de escola de engenharia. Então, fui parar na França. Você imagina um garoto de 18 anos, moleque de praia, que eu era, criado em Copacabana, ir parar como interno em um dos mais rigorosos centros de educação da Europa, em 1957. Fiz dois anos de matemática e, no ano seguinte, fiz o concurso nacional para as escolas de engenharia. Tudo de graça, não paguei um centavo pela minha formação lá. Acabei na escola de telecomunicações, e quando terminei, fui para o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) onde fiz o mestrado e o doutorado.

E como saiu das áreas de exatas e virou fundador e diretor-geral do Projeto Portinari?

Eu estive naquela passeata das cem mil pessoas de mãos dadas com meus colegas da matemática em 1979. Nesse momento, o Brasil estava vivendo um momento de resgate, de renascimento. Havia uma ânsia por todo o país, em todos os setores, desse resgate. E me lembro, por exemplo, de uma revista que a capa era um rosto que não tinha olho, não tinha nariz, nem boca. E aí embaixo a manchete: “Cadê a nossa cara?”. Então o projeto Portinari surge no bojo, desse grande movimento. E essa coisa do resgate do pai também. Lembro-me que tinha acabado de fazer 40 anos e era dia dos pais, escrevi uma carta póstuma para o meu pai. E a carta começa com um retrato que ele fez de mim quando eu fiz 20 anos e estava a dedicatória: “para o João com abraço do Papa”. Papa é pai

Reprodução



em italiano, e nessa carta póstuma terminei dizendo assim “e se este trabalho frutificar, poderei dizer a você para o Papa com a abraço do João”. Porque eu escrevi a ele de todos os planos que eu queria realizar. E foi muito difícil começar, porque não havia experiência formada no Brasil, não havia equipes com esse tipo de capacitação técnica. Fomos os primeiros a contratar museólogos, profissão que tinha acabado de surgir.

Quais são os trabalhos realizados pelo projeto e qual o objetivo dele?

Gosto de pensar que a nossa missão não é administrar a obra do Portinari e, sim, democratizar o acesso ao seu legado. Eu gosto de falar também do legado porque vai além da obra. Eu diria que é um legado pictórico, uma obra ética e humanista que está também nos poemas. Onde você sente a presença de valores, de uma luta por valores de não violência, de justiça social, de fraternidade, de respeito à vida. E isso justifica a missão

de hoje do Projeto Portinari, que são as crianças e os jovens. Porque nos parecia que a coisa mais importante que você poderia dar para seu filho, para seu neto, ou para para as futuras gerações, era esse legado. Hoje o projeto Portinari vai muito além. Catalogamos, pesquisamos e cruzamos tudo entre si. Temos 5,4 mil obras documentadas, digitalizadas em altíssima resolução e cruzadas com 30 mil documentos. Para você ter uma ideia, tem 6 mil cartas que ele trocou com Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Villa Lobos, Oscar Niemeyer, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Zé Lins do Rego. A geração do modernismo. Nós temos 130 horas gravadas de história oral, entrevistas, depoimentos de contemporâneos, como Luiz Carlos Prestes e muitos outros. Todo esse conjunto está disponível para o público por meio dos dois sites que temos, e, que são gratuitos. Não precisa nem senha, você entra e tem acesso a tudo gratuitamente. É uma festa

na sala de aula para as professoras, porque você pode baixar tudo para o seu computador numa resolução razoável, que dá para fazer publicações, inclusive.

O projeto também tem ações sociais, correto?

Exatamente, como a ação realizada no presídio Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, onde fizemos um trabalho junto aos internos e as famílias dos internos de reciclagem de papel. A gente queria passar a ideia de que você transforma lixo em papel, uma coisa útil à sociedade. Porque eles se viam como alguém imprestável, ali, preso. Isso foi muito emocionante. Também percorremos o Amazonas e os seus afluentes. Montamos exposições a bordo de uma chalana da Polícia Florestal. Subimos o rio Paraguai de Porto Murtinha a Corumbá e voltamos para o mar mostrando as obras de Portinari, mostrando para aquelas populações, lugares que não era nem cidade, era um povoado. Aí entrava aquela criança,

os idosos e foi talvez a primeira vez que eles viam uma exposição. Agora, temos um projeto chamado Portinari nas quebras, onde levamos esse programa para as regiões do Rio de Janeiro mais atingidas pela exclusão social e pela violência. Lugares que nem a polícia entra, mas a gente consegue entrar porque conquistou a confiança daquela população por atender os filhos deles. Já fomos ao Complexo do Alemão, na Maré, na Rocinha, Madureira, Cidade de Deus, lugares de alta convulsão social, e o sucesso é retumbante. As crianças ficam deslumbradas quando veem esse universo, quando conhecem Portinari e seus contemporâneos, o que ele pintou e como retratou a realidade brasileira de uma forma tão autêntica e tão propositiva. A gente sente que realmente está dando uma contribuição, vemos o brilho no olhar deles, a esperança, a identificação pela própria história de Portinari, um garoto pobre que levou sua arte para o mundo.



Assista ao Podcast do Correio completo com João Candido acessando o QR Code



SÉRGIO ABRANCHES

ESPERO QUE A MAIORIA DO CONGRESSO APRENDA COM O JULGAMENTO E NÃO APROVE QUALQUER ANISTIA QUE PROTEJA OS GOLPISTAS DE HOJE

Como se julga um golpe inacabado?

O Brasil está aprendendo a julgar e punir os responsáveis pelo comando, planejamento, financiamento e execução de um golpe inacabado. Golpes acabados não se julgam. Só os crimes da ditadura decorrente, com a volta da democracia. Os crimes previstos na Lei 14.197 são tentar abolir o Estado democrático de direito e tentar depor o governo legitimamente constituído, por meio de violência ou grave ameaça. Tentativa de golpe é um golpe interrompido por razões estranhas à vontade dos agentes que dele participaram. Logo, um golpe inacabado. Daí não procede o argumento do réu Jair Bolsonaro de que não houve decreto assinado e tropas nas ruas. São crimes diferentes, praticados pela mesma associação golpista.

Um presidente em exercício

pode abolir o Estado democrático de direito com um ou mais atos autocráticos. É o que Viktor Orbán fez na Hungria, Putin, na Rússia, Trump está fazendo nos Estados Unidos e Netanyahu, em Israel. Este acaba de aprovar uma lei que submete o Judiciário ao controle dos políticos. Bolsonaro e seus parceiros no Congresso tentaram fazer o mesmo. Um ex-presidente que não tenha conseguido impor a autocracia durante o seu mandato pode conspirar para depor o governo legitimamente constituído, por meio de um golpe de Estado. A combinação entre o desmanche do Estado democrático de direito e o golpe cria o crime híbrido. Por isso, o grupo liderado por Bolsonaro é réu pelos dois crimes, praticados em sequência. É o que está dito na denúncia ao “grupo crucial”, de

comando e planejamento, do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e aceito por unanimidade pela primeira turma do Supremo Tribunal Federal.

O PGR e o relator, ministro Alexandre de Moraes, identificaram o início das ações a partir de 29 de junho de 2021. Em capítulo de livro ainda inédito, no qual procurou analisar a anatomia e a dinâmica de um golpe inacabado, reconstruo a maquiagem com base apenas em declarações públicas de Bolsonaro, seus filhos e vários dos integrantes da, ora denominada, organização criminosa. Assinalo que as insinuações sobre a necessidade de abolir os estatutos do Estado democrático de direito começaram poucos meses após a posse de Bolsonaro, em 2019, e vão até o trágico desfecho em janeiro de 8/1/23. As ações violentas con-

tra as sedes dos Três Poderes não conseguiram nem a decretação de uma GLO, garantia da lei e da ordem, pelo já presidente Lula, nem um levante de tropas. O golpe foi interrompido.

Essa longa trajetória da trama golpista coincide com o que disse a ministra Cármen Lúcia em seu voto, “não se faz um golpe em um dia”, eu acrescentaria, nem em um mês, ou mesmo, em um ano. Também guarda paralelo com a minuciosa reconstrução do golpe de 1964 por Heloisa Starling, em seu excelente livro *A máquina do golpe*. A mentalidade autoritária e golpista que Bolsonaro sempre mostrou publicamente, nos seus pronunciamentos como deputado e nas suas declarações e ações como presidente, jamais se ajustou aos limites constitucionais do estado democrático

de direito, que ele minimiza em “quatro linhas”.

Estamos aprendendo agora como se julga um golpe, em um país cuja biografia pode ser recontada pelos golpes que sofreu. É a primeira vez que se tem uma lei que tipifica os crimes de tentativa de golpe, paradoxalmente promulgada pelo próprio Bolsonaro, quando esteve no poder. Mas a lei não é dele. É do Congresso Nacional, instituição que perde a vida ou a substância nos regimes autoritários. É o primeiro julgamento de um golpe inacabado. É, igualmente, inédito que gerais e militares de alta patente sejam julgados pela justiça civil por crimes políticos. E talvez venha a ser também inaugural o julgamento desses militares pelo Superior Tribunal Militar, que pode retirar-lhes a patente

por “indignidade para o oficialato”. A corporação sempre teve tutela autônoma sobre os seus e muitas vezes teve a tutela sobre o poder civil, via artigo 142 da Constituição. Todas as constituições tiveram o seu 142.

Este aprendizado não é trivial. Ele se completa com a memória do golpe cruente que levou 21 anos para acabar. Lembrar, para não repetir. Julgar e punir para que outros não tentem o mesmo. Não julgamos os crimes da ditadura, como o Chile e a Argentina. Espero que a maioria do Congresso aprenda com o julgamento e não aprove qualquer anistia que proteja os golpistas de hoje. Se o fizer, estaria construindo o caminho para novas tentativas de golpe. A biografia do Brasil já é maculada por golpes e sua contínua impunidade.